

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.934 - IT (2019/0271272-7)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**JUSROGANTE** : CORTE DE APELAÇÃO DE ROMA  
**INTERES.** : J O T S  
**PARTE** : A S  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça italiana solicita que se proceda à citação de J. O. T. S. (CPF n. 148.540.238-72) de ação de homologação de decisão estrangeira de reconhecimento de paternidade e à intimação para **comparecimento a audiência marcada para o dia 27 de fevereiro de 2020.**

O Ministério Público Federal opina pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade da data designada pela Justiça estrangeira para a audiência. Informa ainda os seguintes endereços alternativos para a localização do interessado: **Rua 24 de Março, 57, Ap. 201, Serra Negra (SP); Rua Monsenhor Manzini, 146, Serra Negra (SP); e Rua Coronel Pedro Penteado, 492, Serra Negra (SP)** (fl. 65).

É o relatório. Decido.

Acolho a manifestação do Ministério Público Federal, de que deve ser concedida a ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional" (art. 216-Q, § 1º, do RISTJ).

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 30 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

